

## ARTIGO

# SAINDO DA “TORRE DE MARFIM”: A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA BASEADA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

**ENAYTON PERASSOLI**<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4554-4004>

<enayton@ufscar.br>

**ALEXANDRE RODRIGO NISHIWAKI DA SILVA**<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4431-0062>

<alexandrerns@ufscar.br>

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos (SP), Brazil.

**RESUMO:** A violência contra a população LGBTQIAPN+ é um tema que atinge inúmeras pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo estabelecido socialmente. Estudos indicam que a universidade, instituição inserida na sociedade, reproduz essa forma de violência ao não criar estratégias de prevenção e superação efetivas desse fenômeno em seu interior. Amparado pela aprendizagem dialógica e pela Metodologia Comunicativa, o presente artigo apresenta os resultados de uma investigação que procurou apontar, a partir da compreensão de 18 estudantes de graduação, o modo como uma universidade pública do estado de São Paulo atua no combate ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços, identificando os elementos excludentes e transformadores que sejam capazes de promover, prevenir e superar a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Como resultados principais, esta pesquisa indica que o posicionamento público da gestão dessas universidades, o estabelecimento de políticas de combate à violência, bem como a construção de espaços formativos sobre a temática para discentes, docentes e demais funcionários e funcionárias em todo o âmbito acadêmico, propiciam um ambiente mais acolhedor, respeitoso e livre de qualquer forma de preconceito contra essa população em questão.

**Palavras-chave:** prevenção de violência, LGBTQIAPN+, diversidade sexual, gênero, universidade.

## COMING OUT OF THE “IVORY TOWER”: PREVENTING VIOLENCE BASED ON SEXUAL ORIENTATION AND GENDER IDENTITY AT THE UNIVERSITY

**ABSTRACT:** Violence against the LGBTQIAPN+ population is a topic that touches countless people who do not fit into the socially established cisheteronormative pattern. Studies indicate that, as a part of society, the university reproduces this violence by not creating effective prevention and overcoming strategies. Supported by dialogic learning and Communicative Methodology, this article presents the results of an investigation with 18 undergraduate students that sought to point out how a public university

in the state of São Paulo, Brazil, works to combat prejudice based on sexual and gender diversity in its spaces, identifying the excluding and transforming elements capable of promoting, preventing, and overcoming violence against LGBTQIAPN+ people. As the main result, this research indicates that the public positioning of the university management, the establishment of policies to combat violence, and training spaces on the subject for students, professors, and other employees throughout the academic environment, provided a more welcoming, respectful, and prejudice-free space for this people.

**Keywords:** violence prevention, LGBTQIAPN+, sexual diversity, gender, university.

## **SALIENDO DE LA “TORRE DE MARFIL”: PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA BASADA EN LA ORIENTACIÓN SEXUAL Y LA IDENTIDAD DE GÉNERO EN LA UNIVERSIDAD**

**RESUMEN:** La violencia contra la población LGTBQIAPN+ es un tema que alcanza a una infinidad de personas que no se encajan en el patrón cisheteronormativo socialmente establecido. Los estudios indican que la universidad, institución inserida en la sociedad, reproduce esta forma de violencia al no crear estrategias efectivas de prevención y superación de este fenómeno en su interior. Amparado por el aprendizaje dialógico y la Metodología Comunicativa, este artículo presenta los resultados de una investigación que buscó señalar, a partir de la comprensión de 18 estudiantes de pregrado, la forma en que una universidad pública del estado de São Paulo trabaja para combatir el prejuicio basado en la diversidad sexual y de género en sus espacios, identificando los elementos excluyentes y transformadores que son capaces de promover, prevenir y superar la violencia contra las personas LGTBQIAPN+. Como principales resultados, esta investigación indica que el posicionamiento público de la gestión de estas universidades, el establecimiento de políticas de combate a la violencia, así como la construcción de espacios de formación sobre el tema para estudiantes, profesores y demás funcionarios de todo el ámbito académico, proporcionan un ambiente más acogedor, respetuoso y libre de cualquier forma de prejuicio contra esta población en cuestión.

**Palabras clave:** prevención de la violencia, LGTBQIAPN+, diversidad sexual, género, universidad.

*É uma característica de todas as universidades: elas tentam proteger a sua própria imagem tomando caminhos muito errados, tomando caminhos permissivos para que a violência aconteça. Não é protegendo o agressor que a gente vai conseguir mudar esse cenário. A partir do momento em que a gestão não se posiciona publicamente de forma preventiva às violências, ela passa uma imagem de que está tudo bem acontecer isso dentro da própria universidade. (Roberta da Silva<sup>1</sup>, 2021).*

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, foram registrados índices alarmantes sobre o aumento de violência no Brasil (ALFAGEME, 2019), fator que atinge diretamente os grupos socialmente vulnerabilizados, como as mulheres, pessoas negras, os povos indígenas e as pessoas lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais, aqui denominadas pela sigla LGBTQIAPN+. Evidentemente, a universidade, enquanto espaço inserido na sociedade e por ela sendo diretamente afetada, também reflete tais tensões e conflitos sociais.

O notável avanço na democratização do acesso às universidades brasileiras fez surgir novos

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2021 com uma estudante universitária que teve sua identidade preservada. Roberta da Silva é uma identidade fictícia para a estudante, como forma de homenagear essa mulher transexual que viveu em situação de rua na capital do Pernambuco, Recife, e que foi assassinada aos 32 anos de idade, no mesmo ano da entrevista, tendo 40% do seu corpo queimado num crime de caráter transfóbico.

movimentos no interior das instituições de ensino superior (IES) e, com isso, novas demandas. As lutas pela garantia do acesso e da permanência estudantil, pelo respeito à diversidade e diferenças, pela compreensão de outras epistemologias, pela promoção de espaços de diálogo e construção de políticas específicas para diferentes grupos sociais, dentre outras, transformaram o espaço universitário, contribuindo para um novo espectro mais colorido e diverso. Por outro lado, esse processo inclusivo, induzido por importantes políticas públicas, também gerou muitos conflitos, afinal, não são poucos os relatos de violência, de tentativas de burlar o sistema de reserva de vagas, de isolamentos e preconceitos diversos, de aumento dos casos de suicídio e adoecimento, dentre outros fatores que se sucedem nos espaços acadêmicos.

No caso específico dos preconceitos e violências vivenciadas pela população LGBTQIAPN+, destacamos que, mesmo com os avanços impulsionados por políticas públicas no Brasil<sup>2</sup>, esse debate ainda requer estudos específicos que evidenciem os tipos recorrentes de violência, bem como as ações mais eficientes para sua superação e prevenção. Isso se justifica porque o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero, e a violência, são categorias importantes na compreensão de dinâmicas sociopolíticas vivenciadas por essa população em todos os âmbitos da sociedade.

Nesta pesquisa, a violência é compreendida como qualquer atentado que vise causar danos, sejam eles institucionais, psicológicos, sexuais, físicos ou materiais a grupos ou determinadas instituições (KRUG, 2002, p. 4) – no recorte deste estudo, a universidade.

Ademais, a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ pode ser definida como o agrupamento de alguns anseios, tais como nojo, receio, desconforto, ira etc. (JUNQUEIRA, 2007). Essas pessoas sofrem tais violências em diferentes espaços sociais – desde suas próprias residências, centros de religiosidade, ruas e escolas, até setores do poder público (MOTT, 2006). Destacamos que é justamente nesses mesmos espaços de convivência social que as pessoas são socializadas e formadas, ou seja, que se constituem cidadãs, o que nos leva a refletir sobre o impacto dos preconceitos estruturados vigentes na formação de indivíduos sob os estigmas do racismo, do machismo, da cisheteronormatividade etc.

Fazendo menção ao âmbito acadêmico, foram notórias as discussões e pesquisas científicas centradas na homossexualidade iniciadas por Alfred Kinsey (1948, 1953) e sua equipe. Nelas, o denominado “comportamento homossexual” foi apontado como um fenômeno mais recorrente do que era reconhecido em seu tempo. Essas investigações inovadoras possibilitaram uma compreensão ampla sobre a sexualidade, resultando, sobretudo, na ação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, de retirar a homossexualidade do quadro de doenças mentais (NISHIWAKI DA SILVA, 2020). Nesse sentido, destacam-se estudos recentes que elucidam o crescente diálogo entre as temáticas LGBTQIAPN+ e a sociedade atual, como também no âmbito da saúde (SMALLEY *et al.*, 2017; GALLARDO-NIETO *et al.*, 2021), da religiosidade (HUNT, 2016), das tecnologias (SIEBLER, 2016), da sociologia do trabalho (WILLIAMS; DELLINGER, 2010) e mesmo das perspectivas e dos desafios de se fazer uma pesquisa com foco na população LGBTQIAPN+ (SERRANO AMAYA; RÍOS GONZÁLEZ, 2019). Conforme Serrano Amaya e Rios González (2019), as pautas LGBTQIAPN+ tornaram-se assunto de maior visibilidade às pesquisas internacionais, e isso se deu, principalmente, em virtude das reivindicações de vários movimentos pela transformação social.

Entretanto, para a construção deste estudo, o prévio levantamento bibliográfico que realizamos nos permitiu identificar a incipiência de trabalhos que apontem ações efetivas para a prevenção e superação de violência contra a população LGBTQIAPN+. Nesse aspecto, apresentar a discussão de tal temática, num momento desafiador e de ameaças contra pessoas LGBTQIAPN+ – tendo em vista a presença crescente de governos e movimentos de extrema direita nos últimos anos –, torna-se urgente e fundamental. Em nível nacional, por exemplo, não foram poucas as manifestações conservadoras que, recentemente, utilizaram o termo “ideologia de gênero” para frear e invalidar avanços centrados nos direitos sociais da população LGBTQIAPN+ e que repercutiram significativamente no âmbito educacional. Neste artigo buscamos analisar de modo comunicativo e dialógico a violência contra a população LGBTQIAPN+ e sua superação e prevenção no recorte universitário, tendo em vista que este grupo é alvo de inúmeras violações de direitos.

---

<sup>2</sup> Como é o caso do programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, e a criação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, extinto pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente PL).

## REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade contemporânea permite aos sujeitos múltiplas opções e escolhas, bem como novas possibilidades de vida e comportamento, tornando-os protagonistas em suas próprias biografias (GIDDENS, 1993). Assim, padrões pré-determinados de ação no mundo tornam-se questionáveis, e a sociedade como um todo se vê obrigada a constituir alternativas inclusivas que consigam superar modelos individualistas, com novas formas de relações sociais baseadas no diálogo e nos argumentos (FLECHA; GÓMEZ; PUIGVERT, 2001). Essa nova configuração é o ponto de partida para reflexões sobre a educação e a própria superação da violência contra a população LGBTQIAPN+.

Nesse contexto, a escolarização constitui-se como um elemento central, uma vez que pode possibilitar uma nova forma de socialização baseada no diálogo (GÓMEZ, 2004). Diferentes agentes sociais e profissionais da educação têm se esforçado para elaborar teorias e novas práticas que sejam capazes de contribuir com as discussões em torno da democratização da sociedade, de forma geral, e da escola, em específico. É nesse quadro que se encontra a aprendizagem dialógica, referencial teórico deste trabalho.

A aprendizagem dialógica tem enfoque interdisciplinar e se ampara nas principais teorias e investigações científicas em âmbito internacional. Essa perspectiva teórica analisa os desafios sociais e busca alternativas para superá-los por meio de uma consistente crítica ao atual contexto global e da constituição de práticas solidárias e igualitárias. A aprendizagem dialógica, com aporte em Habermas (1987), compreende que os argumentos devem ser baseados em pretensões de validade, superando as relações fundamentadas em posicionamentos de poder. Desse modo, parte do pressuposto de que as relações sociais precisam se ancorar em ações comunicativas nas quais as tomadas de decisão sejam fruto do diálogo entre todas as pessoas envolvidas no processo, uma vez que todos os indivíduos podem refletir sobre suas próprias vidas e o contexto no qual estão inseridos a fim de transformá-lo.

A aprendizagem dialógica é um paradigma conceitual que dá origem a um modo transformador de aprendizagem, tanto dentro quanto fora das escolas, apontando caminhos para uma sociedade que também seja capaz de superar desigualdades sociais (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2020). Essa abordagem baseia-se em sete princípios: o diálogo igualitário; a inteligência cultural; a transformação; a criação de sentido; a solidariedade; a igualdade de diferenças; e a dimensão instrumental. Nesse sentido, aplica à prática científica um caráter transformador, aquilo que Freire (2008) denomina como *práxis*.

## METODOLOGIA

Coerentes com o referencial teórico, utilizamo-nos da Metodologia Comunicativa, que busca conciliar os conhecimentos científicos e as possibilidades concretas de transformação junto aos indivíduos envolvidos nos vários processos sociais (GÓMEZ *et al.*, 2006). Essa metodologia compreende e organiza o processo e o conhecimento científico, envolvendo, além da pessoa pesquisadora, os indivíduos participantes da pesquisa no próprio processo de reflexão, análise dos dados e elaboração dos resultados, que devem ser comprometidos com a transformação da realidade social na qual se inserem (GÓMEZ *et al.*, 2006).

A coleta dos dados deu-se por meio dos procedimentos previstos na Metodologia Comunicativa, a saber, o relato comunicativo de vida<sup>3</sup> e o grupo de discussão comunicativo<sup>4</sup>. Devido à

---

<sup>3</sup> Este recurso tem por objetivo uma compreensão detalhada do mundo da vida e das interpretações que o sujeito faz de sua vida cotidiana a partir de uma relação dialógica – estando a função interpretativa partilhada entre participante e pesquisador ou pesquisadora. Buscamos, por meio desses relatos, a maneira como as pessoas vivem, atuam e refletem sobre suas vidas e suas ações.

<sup>4</sup> Espaço desenvolvido para diálogo entre iguais sobre temas diversos, implicando a participação do pesquisador ou da pesquisadora num grupo já existente. Deve ser formado por grupos naturais, ser realizado em uma das situações comunicativas

necessidade de isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, as etapas foram realizadas de forma remota, gravadas e transcritas na íntegra.

Dessa forma, realizamos entrevistas com estudantes de graduação com o intuito de mapear as formas de violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade, bem como medidas que garantam a prevenção e a superação da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero. A pesquisa foi submetida em abril de 2020 ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, e aprovada em junho de 2020 com o número de parecer 4.076.285. Em um primeiro momento, fizeram parte da pesquisa 18 estudantes que se autodeclararam LGBTQIAPN+, respondentes a um formulário on-line que foi enviado ao conjunto do corpo discente de um curso de licenciatura<sup>5</sup>. Após o aceite do termo de consentimento livre e esclarecido e do preenchimento das perguntas do formulário, dez dentre as 18 pessoas concordaram em participar das fases posteriores.

No quadro a seguir, é possível notar a diversidade existente entre as pessoas que concordaram em prosseguir com a pesquisa.

**Quadro 1** – Informações gerais sobre as pessoas participantes

Identificação <sup>6</sup>	Orientação sexual e identidade de gênero	Ano de ingresso no curso de licenciatura	Conclusão anterior de outro curso superior
Roberta da Silva	Bissexual/Feminino	2016	-
Harvey Milk	Gay/Masculino	2016	-
Diego Vieira Machado	Gay/Masculino	2017	-
Lindolfo Kosmalski	Gay/Masculino	2017	Sim
Matheusa Passareli	Bissexual/Feminino	2017	-
Gisberta Salce Júnior	Pansexual/Feminino	2018	-
Vanessa Santos	Bissexual/Não-binária	2019	-
Laerte Coutinho	Bissexual/Feminino	2019	-
Erica Malunguinho	Bissexual/Feminino	2020	-
Marielle Franco	Bissexual/Feminino	2020	-

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

A escolha pela IES em questão justifica-se pelo papel que essa universidade assumiu na construção de ações afirmativas, tendo aprovado, em 2016, um documento que trata amplamente da “Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade” (PAADE), que propõe diretrizes para grupos

---

habituais dos(das) participantes em espaços de seu convívio natural, passando o sujeito investigado a integrá-lo. O grupo de discussão comunicativo é uma interpretação coletiva da realidade.

<sup>5</sup> Este curso oferece anualmente 90 vagas, divididas entre os períodos matutino e noturno, e tem duração de cinco anos.

<sup>6</sup> As pessoas entrevistadas tiveram suas identidades preservadas e foram identificadas com nomes de ativistas dos direitos da população LGBT – Vanessa Santos, Erica Malunguinho, Harvey Milk, Laerte Coutinho, Marielle Franco –, ou de pessoas que tiveram suas vidas interrompidas em decorrência de crimes homofóbicos e transfóbicos – Gisberta Salce Júnior, Matheusa Passarelli, Lindolfo Kosmalski, Roberta da Silva e Diego Vieira Machado.

socialmente marginalizados pela sociedade e que, com o avanço de políticas públicas de inclusão, se inseriram nessa instituição de ensino superior.

A PAADE foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni)<sup>7</sup>, órgão máximo de deliberação da comunidade acadêmica, com o intuito de reafirmar o compromisso da instituição em valorizar a diversidade e promover a equidade por meio de ações que possibilitem a construção de um ambiente justo e equitativo. Nessa direção, a universidade foi uma das primeiras IES brasileiras a propor atuações consistentes e efetivas de proteção para populações vulneráveis, tais como a comunidade LGBTQIAPN+, ainda que em um contexto adverso<sup>8</sup>.

Esse documento apresenta um panorama histórico acerca das relações étnico-raciais, da inclusão e acessibilidade, de gênero e diversidade sexual, e propõe diretrizes em relação a esses grupos, destinadas tanto às comunidades discente e docente quanto aos servidores e às servidoras que atuam nos diversos espaços da instituição e/ou para além dela.

Por fim, destacamos que às categorias de análise dos dados obtidos foram incorporadas a identificação e a descrição das práticas e dos processos investigados por meio de duas dimensões: dimensão excludente e dimensão transformadora. Essas categorias permitem que os resultados obtidos apontem as limitações e as possíveis transformações diante dos desafios sociais, “garantindo a utilidade social do estudo realizado” (FLECHA, 2004, p. 47), isto porque partimos do pressuposto de que a forma como as pessoas se movimentam no mundo revela suas compreensões dos processos sociais, as quais devem ser incluídas radicalmente na pesquisa. Assim, o conhecimento acadêmico é um importante instrumento para a compreensão dos fatos sociais, mas não pode ser considerado como o único caminho legítimo.

## RESULTADOS

O estudo teve duração de um ano, entre 2020 e 2021. Das 18 pessoas que inicialmente se interessaram em contribuir com a pesquisa, dez aceitaram realizar os grupos de discussão comunicativa e, posteriormente, os relatos comunicativos de vida. Após a transcrição das falas, analisamos e classificamos os dados em quatro eixos principais: 1) violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada; 2) conhecimento ou não da PAADE; 3) universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+; e 4) dimensão instrumental como ferramenta de superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade.

### Violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada

No primeiro eixo, identificamos que 70% das pessoas entrevistadas relataram já terem sofrido e/ou presenciado alguma forma de violência com base na orientação sexual ou identidade de gênero dentro da universidade. Essas formas de violência variam entre comentários preconceituosos por parte de colegas discentes, docentes, servidores(as) Técnico-Administrativos (TAs) e demais funcionários e funcionárias, como podemos observar no trecho a seguir:

*Um dia, numa disciplina do segundo ano, a gente estava fazendo um trabalho de tema diverso, e um grupo fez um trabalho sobre a adoção homoafetiva, e uma pessoa desse grupo recusou pesquisar esse tema porque ela acreditava que casais homoafetivos não poderiam adotar por não serem dignos de formar uma família. (Roberta da Silva, 2021).*

Além disso, também foram apresentados relatos de assédio moral e psicológico tanto dos pares quanto de docentes, de modo presencial ou virtual – via redes sociais –, capazes de gerar, na vítima, insegurança em denunciar ou expor tais ações, além do medo da exposição de sua imagem, do

<sup>7</sup> É importante ressaltar o papel do movimento estudantil no interior desta universidade, que atuou não apenas em 2016, mas ao longo da história da instituição junto aos grupos marginalizados, reivindicando os direitos dos(das) estudantes.

<sup>8</sup> No período em que a PAADE foi aprovada, o Brasil sofria a descontinuidade de políticas já citadas referentes à população LGBT.

constrangimento e/ou da perseguição acadêmica por parte de docentes devido à posição hierárquica na universidade. O trecho a seguir elucida uma dessas situações:

*Teve um professor que me viu fazendo parte do ativismo bissexual e me chamou para fazer uma Iniciação Científica [IC], e eu estava muito feliz porque eu realmente achava que ele queria me chamar para uma IC, mas a conversa com ele ficou cada vez mais bizarra, de um jeito que eu configuraria como assédio. Eu postava, por exemplo, alguma coisa engraçadinha em relação a flerte no Facebook, coisa que todo mundo compartilha sem levar a sério, e ele não interagia, mas salvava o que eu compartilhava, mandava para minha conversa privada e tentava desenvolver um assunto com aquilo, sabe? E ele ficava perguntando onde eu morava, ficava flertando nas entrelinhas com coisas do tipo: “ai, você é bi mesmo?”, “você já fez isso e isso...?” Enfim. Era um professor universitário, sabe? Não foi legal. Ai eu abandonei a ideia... Eu estava muito feliz de ter conseguido uma IC, mas abandonei... (Vanessa Santos<sup>9</sup>, 2021).*

Ressaltamos, ainda, que 60% do total de estudantes entrevistados(as) afirmaram terem sofrido violência de seus pares, tanto em sala de aula quanto em outros espaços universitários, sobretudo pessoas que se identificaram com o gênero feminino – estas, particularmente, correspondem a 66% das que relataram terem sido vítimas dessa violência. Esse recorte de gênero no interior da população LGBTQIAPN+ evidencia que, dentro desse próprio grupo rechaçado pela sociedade e que há anos vem lutando por igualdade, respeito e por direitos, as mulheres travam uma luta ainda maior no combate ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero devido ao machismo presente na sociedade, como já apontado em estudos anteriores<sup>10</sup>.

## Conhecimento ou não da PAADE

No segundo eixo, observamos que as 18 pessoas participantes assinalaram não saberem a quais instâncias recorrer em caso de violência, salvo os círculos de amigos e de amigas que consideraram como uma rede de apoio, como demonstra o trecho a seguir:

*Percebo que na universidade também me sinto acolhido mais pelos amigos que eu construí, mas percebo também algumas brincadeiras que na verdade são homofóbicas, e eu percebi que isso é o que mais acontece. Nunca sofri violência física, mas psicológica sim, como essas brincadeiras. E, no geral, é isso. Se você me perguntasse onde eu deveria recorrer caso sofresse algo, eu não saberia responder. (Diego Vieira Machado<sup>11</sup>, 2021).*

Questionamos, ainda, se elas possuíam conhecimento sobre a PAADE. Em resposta ao formulário, todas elas indicaram desconhecimento prévio sobre o documento que apresenta diretrizes e normativas em relação aos grupos socialmente marginalizados – incluindo a própria comunidade LGBTQIAPN+ – no tocante a acessibilidade, permanência e amparo a esses grupos, o que demonstra a ausência de divulgação e comprometimento por parte da universidade investigada em relação à temática aqui abordada.

Nesse sentido, após a obtenção das respostas ao formulário e a conclusão das entrevistas, enviamos a PAADE via e-mail aos(as) estudantes que participaram desta pesquisa, explicitando a seção destinada à comunidade LGBTQIAPN+ para que pudessem conhecer o documento e, se necessário, reivindicar direitos que são devidos a eles e a elas no interior da universidade. Vale ressaltar que tal ação está alinhada ao referencial teórico presente neste estudo, visando à denúncia de ações, ou ausência delas – como no caso da gestão universitária que, ao lançar o documento, deveria também se empenhar no seu anúncio e sua propagação dentro da comunidade acadêmica –, proporcionando às pessoas participantes o acesso a um documento que busca a transformação de realidades específicas.

<sup>9</sup> Vanessa Santos, ou simplesmente Catu, nasceu no ano de 1995 na Paraíba e viveu muitos anos na capital paulista. Era estudante de Biologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e atuava como militante do Levante Popular da Juventude. Faleceu em março de 2021, aos 26 anos de idade.

<sup>10</sup> É o caso da pesquisa de Montrone *et al.* (2020), intitulada *Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade*, que evidencia o fato de que, nas IES, as mulheres, negras e homossexuais possuem seis vezes mais chances de sofrerem alguma forma de violência do que os homens, brancos e heterossexuais.

<sup>11</sup> Diego Vieira Machado foi um rapaz negro, homossexual e estudante de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assassinado na mesma universidade em 2016 por crime de homofobia.

## Universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+

Como consequência dessa falta de comprometimento à qual nos referimos anteriormente, neste terceiro eixo foi evidenciado por todas as pessoas entrevistadas que a instituição universitária atua de modo contraditório, ou seja, ela age tanto na promoção da violência quanto na sua superação. Isso porque ela não busca prevenir o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços, pois, preocupada com a sua reputação, não cria medidas de sanções que possam inibir as pessoas agressoras – que vão desde os(as) discentes até os(as) docentes e demais funcionários e funcionárias.

O trecho a seguir evoca a necessidade de a universidade assumir um compromisso com a transformação social em seu interior e para além de seus muros:

*Uma coisa que é muito importante e eu defendo é que a universidade saia da “Torre de Marfim” e esteja cada vez mais em contato com o pessoal, com a sociedade, porque somente dessa forma a sociedade vai enxergar o valor e a importância da universidade. Existem muitas pessoas LGBTQIs na favela, por exemplo, passando por diversos problemas, nas igrejas por aí, com problemas psicológicos... Nesse sentido, a gente tem que se perguntar o que a universidade, o que os grupos de pesquisas e demais iniciativas podem fazer também pela sociedade que está distante do conhecimento que ela produz. Por isso eu sou muito favorável às parcerias, essa relação: poder público, universidade e sociedade civil. (Lindolfo Kosmalski<sup>12</sup>, 2021).*

A expressão utilizada pelo entrevistado, e que compõe o título deste artigo, é um termo comumente utilizado para designar grupos de intelectuais e eruditos que buscam levantar questionamentos dissociados da realidade social. É nesse sentido que aqui associamos o nosso objeto de investigação, em específico, e a instituição universitária, em geral, à Torre de Marfim, elucidando que, mesmo sendo produtora de inovações tecnológicas e conhecimentos científicos, a universidade permanece muitas vezes alheia aos fenômenos que ocorrem em seu interior. Essa situação, como destacado no trecho da entrevista, reforça que a falta de comprometimento da gestão universitária para com grupos marginalizados em seu campus é um fator que necessita de urgente atenção. Assim, não basta dizer que a violência está sendo mitigada, e ignorar os ataques à comunidade LGBTQIAPN+: é preciso que haja ações institucionais e colaborativas que resultem em um posicionamento público, tendo como resultado medidas efetivas de prevenção e de superação que encerrem toda e qualquer forma de violência por meio de sanções cabíveis.

### Dimensão instrumental como ferramenta de superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade

No quarto e último eixo, ao serem questionadas sobre possíveis formas de prevenção e superação da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ na universidade, todas as pessoas entrevistadas apontaram a necessidade – e urgência – de um conhecimento devidamente estruturado que possa prevenir efetivamente a violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero nos espaços universitários, como aponta o trecho a seguir:

*O preconceito nasce da ignorância, ou daquilo que você não conhece sobre o outro, ou daquilo que você não conhece sobre si mesmo. Se tem alguma coisa que você repudia, por trás disso tem alguma ignorância em algum nível. Acho que quando você aproxima as pessoas dos conhecimentos que a gente já falou [sobre a temática LGBTQIAPN+], isso pode ser uma fonte da diminuição da violência. (Diego Vieira Machado, 2021).*

E, ainda,

*Quando eu me emancipo eu tenho que levar os outros também a se emanciparem. Além de ser estudante desse curso, eu já sou um profissional da informação, então a informação é um elemento de libertação. A gente carece de um déficit muito grande informacional em vários âmbitos no país. Eu sou partidário de que as escolas munam*

<sup>12</sup> Lindolfo Kosmalski, de origem camponesa, foi ativista LGBT, estudante de pós-graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e militante no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra (MST). O rapaz foi brutalmente assassinado no ano de 2021, aos 25 anos de idade.

*seus estudantes de informações sobre direitos humanos, que os alunos tenham conhecimentos mínimos sobre direitos constitucionais para que as pessoas se sintam sujeitos de direito, todos nós somos sujeitos de direito do conhecimento, e tendo conhecimento disso nós podemos reivindicar os nossos próprios direitos.* (Lindolfo Kosmalski, 2021).

Ao indagar as pessoas participantes sobre quais seriam esses conhecimentos, elas apontaram exemplos como: a) formação para discentes, docentes, TAs e demais servidores e servidoras sobre formas de acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+; b) elaboração de palestras, eventos e congressos sobre a temática; c) oferta de Atividades Curriculares de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs)<sup>13</sup>, cursos de extensão ou disciplinas optativas que tratem especificamente sobre a temática LGBTQIAPN+, a história do movimento, suas lutas etc.

No tocante às disciplinas optativas, os pesquisadores constataram que, em um dos departamentos responsáveis pelo curso na universidade investigada, há uma disciplina optativa que aborda temas como sexualidade e gênero, bem como suas relações com a Educação. Entretanto, nenhuma das pessoas participantes da pesquisa mencionou essa disciplina, possibilitando evidenciar que tratar da temática LGBTQIAPN+ de forma optativa e genérica pode nem mesmo atrair a própria população LGBTQIAPN+, e tampouco contribuir com a prevenção da violência a esse grupo na universidade. Destacamos ainda que, para a formação de sujeitos que formarão outros sujeitos, como é o caso dos cursos de licenciatura, que devem estar atentos ao combate à violência e sua prevenção desde a infância, a temática LGBTQIAPN+ deve ser um compromisso que vá além da oferta de uma disciplina optativa específica, mas um empenho determinante da própria instituição para com os(as) estudantes e, conseqüentemente, com toda a sociedade.

Ademais, tanto nos grupos de discussão comunicativa quanto nos relatos comunicativos de vida, grande parte das pessoas (70%) apontou a importância da criação de uma rede de apoio – organizada por estudantes, como um coletivo LGBTQIAPN+ – que atue no interior da universidade e/ou em espaços relacionados. Eles e elas argumentaram que a construção de um grupo, pautado na diversidade sexual e de gênero, tende a contribuir com discussões, reflexões e ações não apenas para a promoção da visibilidade dessa população, mas também para a construção e o levantamento de dados específicos que apresentem fatores inclusivos ou exclusivos de pessoas LGBTQIAPN+ na universidade, proporcionando, assim, políticas efetivas capazes de construir uma universidade ao mesmo tempo livre de discriminação e preconceitos e segura para todas as pessoas.

## **ANÁLISE DOS DADOS: PARA ALÉM DOS MUROS**

Os quatro eixos supracitados apontam caminhos relevantes à prevenção e superação da violência contra a população LGBTQIAPN+ nas IES.

Os dados obtidos no primeiro eixo – violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada – convergem com levantamentos realizados em pesquisas sobre a violência no contexto universitário, que demonstram que estudantes do gênero feminino são as principais vítimas das mais variadas formas de violência, dentre elas o assédio e a violência sexual e física, a coerção e até mesmo a desqualificação intelectual (SCAVONE; ALVAREZ, 2015). Além disso, um estudo mais recente destaca que, nas universidades, pessoas do gênero feminino, que se identificam como negras e homossexuais, possuem até seis vezes mais chances de sofrerem alguma forma de violência do que pessoas do gênero masculino, identificadas como brancas e heterossexuais (MONTRONE, 2020).

No segundo e no terceiro eixos – conhecimento ou não da PAADE e universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+ –, notamos como o papel da gestão universitária é fundamental frente aos casos de violência baseada na diversidade sexual e de gênero nas IES. A título de ilustração, estudos internacionais apontam que a falta de aplicabilidade de protocolos e sanções nos casos dessas violências, bem como a ausência de acompanhamento da instituição quando esses casos são denunciados, não apenas favorecem a perpetuação de tal violência como também colocam a vítima numa situação de revitimização (BLANCO; SPATARO, 2019).

No que diz respeito ao desdobramento do quarto eixo – referente às ferramentas de

<sup>13</sup> As ACIEPEs são atividades curriculares complementares, inseridas nos currículos de cursos de graduação.

superação e prevenção da violência –, 88% das pessoas respondentes ao formulário on-line demonstraram nunca terem participado ou conhecido alguém que participou de eventos, palestras e/ou disciplinas específicas da grade do curso ou optativas que tratassem diretamente da temática LGBTQIAPN+. Paralelamente, esse mesmo percentual expressou que uma das maneiras mais eficazes de se combater o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero seria a estruturação de um conhecimento voltado às questões dessa população, capaz de levar à comunidade acadêmica e, conseqüentemente, ao seu entorno, instrumentos que pudessem munir as pessoas de informação para combater essa forma de preconceito e violência. O trecho a seguir expressa tal preocupação:

*Eu percebo que as gerações passadas não tiveram a oportunidade de entender as diferenças, a diversidade: elas foram ensinadas a odiar, ensinadas a ter repulsa, a terem aversão... E o mais difícil de se aprender algo é desaprender, porque desconstruir é um processo que dói e ninguém quer ficar tocando em ferida, ninguém quer tocar o próprio ego. Por isso, quando a gente leva informação de uma maneira bem estruturada, com um discurso apto para isso, qualificado para isso, eu acredito que as pessoas podem aprender. Eu acredito que a Educação pode ser uma das ferramentas de prevenção, ela não é a principal responsável, mas por meio dela a gente pode mudar a realidade das pessoas, a partir de boa informação, de estruturar todo esse conhecimento, proporcionando uma linguagem que chegue até as pessoas, mas sem impor as coisas aos outros, porque esse é o grande problema, tem que haver diálogo com a sociedade, e muitas vezes a gente não tem diálogo com a comunidade. (Gisberta Salce Júnior<sup>14</sup>, 2021).*

Em relação ao âmbito teórico, destacamos que o diálogo igualitário, a reflexão crítica e os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade são instrumentos essenciais para as pessoas, pois, além da compreensão mais abrangente das realidades nas quais cada pessoa está inserida, o indivíduo desenvolve também um pensamento mais crítico e, por isso, transformador (AUBERT *et al.*, 2018). Além disso, os dados da pesquisa indicam que o diálogo igualitário, ao incluir as contribuições de todas as pessoas com base na validade de seus argumentos e não na posição de poder que cada indivíduo ocupa, contribui para o processo de reflexão e de tomada de decisão sobre as questões relacionadas à violência. Nessa direção, todas as pessoas são incluídas tendo como intencionalidade o consenso e a resolução de conflitos (ELBOJ *et al.*, 2002). Assim, o diálogo igualitário promove a democratização radical da sociedade, na medida em que permite a participação de todas as pessoas da comunidade.

Nesse sentido, consideramos que os resultados apresentados reforçam especificamente um dos sete princípios da aprendizagem dialógica, a saber, o da dimensão instrumental. Esse princípio visa garantir às pessoas ferramentas humanísticas e técnicas, elementos essenciais que possibilitam ao indivíduo viver no seu próprio contexto (AUBERT *et al.*, 2018). Como indicam os dados apresentados na seção anterior e no relato destacado, é preciso romper a falsa dicotomia entre a dimensão humanista e a dimensão instrumental para que possamos superar a violência promovida com base na orientação sexual ou identidade de gênero. Destacamos, ainda, que a comunidade científica internacional tem indicado há alguns anos a relação entre a dimensão instrumental e a superação das desigualdades educacionais e sociais (LADSON-BILLINGS, 1995; APPLE; BEANE, 1997). Da perspectiva da aprendizagem dialógica, a dimensão humanista e a dimensão instrumental devem ser trabalhadas mutuamente, sendo que o reforço de cada uma delas contribui para a superação da violência. Assim, se recuperamos os demais princípios da aprendizagem dialógica para a análise da violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero, percebemos que a dimensão instrumental está diretamente relacionada ao diálogo igualitário e à inteligência cultural por meio da promoção da diversificação das interações, bem como a criação de novos sentidos por meio do diálogo que favorecem a prevenção da violência.

Dessa forma, ter acesso a conhecimentos pontuais sobre a temática LGBTQIAPN+ – como, por exemplo, a história das lutas da população LGBTQIAPN+, os dados estatísticos sobre violência e morte, informações acerca do tratamento para com pessoas travestis, transexuais e não-binárias etc. – ressalta a perspectiva transformadora do conhecimento sistematizado e, mais do que isso, que o conhecimento sobre a comunidade LGBTQIAPN+, propagado pela instituição ou nos cursos e espaços

<sup>14</sup> Gisberta Salce Júnior foi uma mulher transexual e imigrante brasileira, brutalmente assassinada no ano de 2006 em Porto, Portugal, aos 45 anos. Sua morte fomentou a criação de leis a respeito da igualdade de gênero e o modo como o país passou a tratar as mulheres transexuais.

de formação, é elemento fundamental para a prevenção da violência.

Além disso, vale ressaltar que o acesso ao conhecimento produzido nas IES garante ferramentas importantes e indispensáveis para as transformações sociais. A título de ilustração, notamos, neste estudo, a ausência de pessoas transexuais e travestis respondentes ao formulário, o que reforça a estimativa de que esse grupo representa apenas 0,1% de um total de 420 mil estudantes das universidades federais, como aponta o levantamento realizado em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em parceria com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) (GOMES; FAHEINA; KER, 2019). Destacamos que a ausência desse grupo nos espaços universitários tende a marginalizá-lo e a dificultar, ainda mais, o acesso ao mercado de trabalho e experiências outras que garantam ferramentas necessárias para transformar sua realidade, sobretudo no Brasil, onde a taxa de homicídios desse grupo em específico é a maior em nível global (DOS SANTOS, 2019; MENDES; SILVA, 2020). Em contrapartida, observamos nos últimos anos a movimentação, ainda que de forma paulatina, de algumas universidades federais na adoção de cotas e políticas específicas para tornar efetivo o acesso de pessoas transexuais e travestis ao ensino superior no Brasil (RIBEIRO, 2020; DOS PASSOS, 2022).

Com base nos dados obtidos, após a transcrição dos grupos de discussão comunicativa e dos relatos comunicativos de vida, foi possível realizar a sondagem dos elementos que atuam tanto na promoção quanto na prevenção e superação da violência baseada na orientação sexual e na identidade de gênero no contexto universitário. O quadro a seguir elenca estes elementos, classificados como excludentes e transformadores (GÓMEZ *et al.*, 2006), bem como a incidência em que eles aparecem na fala dos(das) participantes.

**Quadro 2** – Elementos excludentes e transformadores em relação à promoção, superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade

Elementos		Número de incidências
Elementos Excludentes	Ausência de posicionamento público por parte da gestão	8
	Falta de acolhimento às vítimas	6
	Ausência de políticas institucionais efetivas	5
	Ausência de sanções para as pessoas agressoras	3
Elementos Transformadores	Conhecimento estruturado sobre as temáticas LGBTQIAPN+	10
	Oferta de espaços de formação	9
	Criação de uma rede de apoio, grupo ou coletivo LGBTQIAPN+	7

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Ao observarmos o Quadro 2, é possível identificar que a gestão universitária<sup>15</sup> é apontada como principal elemento excludente na promoção da violência de pessoas LGBTQIAPN+. O trecho a seguir qualifica um diagnóstico que é comum entre todas as pessoas participantes da pesquisa:

*Tudo começa com a gestão. Acho que quem está responsável por esse diálogo, se essa pessoa boicota isso [denúncias em caso de violências], enfraquece toda e qualquer outra força que tente fazer alguma coisa. Se a gestão abraçar esse grupo [LGBTQIAPN+], já facilita muito. Falta muito uma divulgação no sentido de mostrar que as coisas existem, de mostrar que as coisas estão sendo colocadas em prática. Os casos que acontecem de violência a gente não sabe onde recorrer... A gente vai naturalizando isso porque se não aparece então é porque não existe. Isso acontece fora da universidade também. Existem várias leis e decretos que deveriam facilitar ou trazer melhorias sociais, mas não são colocadas em prática. Por isso, deve partir da gestão a divulgação, a rede de apoio... (Diego Vieira Machado, 2021).*

Sendo assim, destacamos que, na ausência de ações da gestão universitária que visem ao acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+, a medidas de sanções para as pessoas agressoras e ao amparo às vítimas – como apontado por 70% dos(das) participantes –, surge a necessidade de um grupo que atue

<sup>15</sup> Durante o período de desenvolvimento desta pesquisa, o mandato da gestão da universidade investigada foi trocado. Portanto, o tempo de pesquisa compreendeu o final de uma gestão e o início de outra.

como uma rede de apoio de pessoas LGBTQIAPN+ no interior da universidade. Nesse aspecto, como consequência deste estudo, iniciamos uma articulação com as pessoas participantes, na intenção de analisarem as formas de organização e quais ações poderiam ser promovidas por um grupo LGBTQIAPN+, com o intuito de construir uma rede de apoio que trate sobre a temática e atue na prevenção e superação da violência contra essa população na universidade. Entretanto, vale ressaltar que a construção deste grupo não minimiza e nem transfere a obrigação da gestão universitária, que deve atuar em prol de toda a comunidade acadêmica, visando não apenas o reconhecimento institucional em nível internacional ou a qualidade de seu ensino, mas também o bem-estar, a segurança e a equidade das pessoas que nela atuam.

Salientamos, ainda, que a desnaturalização da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero é outro fator que merece destaque no combate à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nas IES. Estudos internacionais recentes, como o de Gallardo-Neto *et al.* (2021) e o de Dueñas *et al.* (2021), apontam que as universidades tendem a naturalizar violências contra pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo nas salas de aula, e que muitas vezes essas violências ocorrem na presença de docentes, quando não são exatamente estes(as) os(as) que cometem essa agressão. O trecho de uma das entrevistas realizadas elucida essa questão:

*Eu realmente não me sinto segura na universidade, não me sinto segura estando com outras pessoas, tendo aula com certos professores, porque quando eu fui assediada, eu estava numa roda de estudantes e com o professor que me assediou, e foi tudo muito rápido, eu nem percebi o que aconteceu, fui perceber só depois e fiquei sem reação. Eu estava na sala de aula, às nove horas da manhã! Fico pensando: até que ponto essas pessoas agressoras se sentem livres de qualquer culpa, livres de que nada vai acontecer com elas? (Gisberta Salce Júnior, 2021)*

Nesse sentido, compreendemos que, na luta contra a violência a pessoas LGBTQIAPN+ na universidade, o posicionamento público das gestões universitárias é crucial para a prevenção da violência contra essa população em seus espaços. Gallardo-Neto *et al.* (2021) destacam que, para o combate efetivo ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero no contexto universitário, é necessário promover a formação de estudantes, agentes educacionais e demais funcionários e funcionárias acerca da temática, além de medidas de sensibilização que possam garantir o respeito à diversidade.

Além disso, conforme aponta Milkman (2017), as IES, nas últimas cinco décadas, serviram como instrumentos de conscientização para diversas lutas no tocante à classe, à raça, ao gênero etc., levando pessoas, sobretudo as autodeclaradas LGBTQIAPN+, a se conformarem como lideranças de movimentos sociais dentro e fora dos muros das universidades, como é o caso do movimento estadunidense de antiagressão sexual no campus, em que mulheres lésbicas, bissexuais e trans estão super-representadas como líderes, e o movimento *Black Lives Matter*, fundado por três mulheres negras, sendo duas delas participantes da comunidade LGBTQIAPN+.

Percebemos, portanto, que, além do seu relevante papel na produção de conhecimento, a universidade é palco de lutas e resistências diversas. Uma vez que a gestão universitária esteja alinhada às demandas da população LGBTQIAPN+, juntas serão capazes de prevenir a violência que perpassa as salas de aula, as relações entre pares, entre docentes, TAs e demais funcionários e funcionárias, além de firmar, por meio da educação, o compromisso em munir todas as pessoas de conhecimentos devidamente estruturados e informações baseadas em evidências científicas que possam superar a violência e o preconceito contra essa população, que têm suas raízes na ignorância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a democratização do acesso ao ensino superior nas universidades brasileiras, novos grupos e, conseqüentemente, novos desafios sociais passaram a fazer parte da realidade desses espaços, que apresentam as contradições que permeiam a realidade social, política e econômica do País. Sabemos que a universidade não está livre das formas de opressão e violência e, nesse sentido, por meio do estudo de caso de uma universidade pública que foi uma das pioneiras na elaboração e implementação de políticas de equidade e diversidade, buscamos compreender quais as formas de prevenção e superação da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero se apresentam no contexto universitário.

A pesquisa apontou que a ausência de conhecimentos e informações é um dos principais fatores que promovem a violência e o preconceito para com pessoas LGBTQIAPN+ na universidade. Além disso, o descaso da gestão universitária em propagar o conhecimento das políticas institucionais de igualdade e equidade de grupos excluídos socialmente evidencia que a sua elaboração, por si só, não se torna efetiva, uma vez que ainda se encontra distante do cotidiano da comunidade acadêmica.

Sendo assim, nesta pesquisa buscamos, juntamente com os indivíduos participantes, compreender de forma ampliada a violência sofrida pela população LGBTQIAPN+, que tem lutado com a própria vida para conquistar o avanço de direitos que são comuns a todas as pessoas. Com foco no ambiente universitário, procuramos identificar e construir ferramentas que sejam efetivas no combate à violência baseada na diversidade sexual e de gênero, a fim de tornar esse espaço um lugar seguro e igualitário. Os dados apontam que, enquanto a discussão sobre a temática LGBTQIAPN+ diminui, os casos de violência contra essa comunidade aumentam, indicando que a ausência de discussões que tratam das vivências LGBTQIAPN+, dentro e fora dos espaços universitários, cria barreiras, constrói preconceitos e deixa de engajar a comunidade acadêmica e a própria gestão nas lutas pela igualdade e pelo fim do preconceito.

Embora este estudo de caso tenha se limitado a apresentar dados que refletem a violência contra a população LGBTQIAPN+ focalizada apenas no corpo discente, não incluindo, portanto, docentes, TAs e demais funcionários e funcionárias que também são vítimas e/ou espectadoras de ações violentas e preconceituosas nos espaços acadêmicos, é imprescindível que em pesquisas futuras, como as que estamos desenvolvendo, haja a participação conjunta da comunidade universitária para contribuir de modo ainda mais efetivo na identificação de ferramentas e estratégias que possam superar e prevenir a violência contra a população LGBTQIAPN+ nas universidades.

Destacamos que a elaboração desta investigação desencadeou a pesquisa intitulada *Prevenção de Violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ nas Universidades Brasileiras*, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), selecionada na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N.º 18/2021 – Universal 2021, processo nº 409811/2021-1, com o propósito de continuar esta agenda de investigação, visando identificar como as universidades públicas brasileiras atuam na prevenção e superação do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços.

É importante ressaltar que a área da Educação – que no último período vem sofrendo inúmeros ataques orçamentários e ideológicos do governo brasileiro – desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, pois, sendo uma área que produz estudos sobre as formas de ensino, aprendizagem, estruturação e sistematização efetiva de conhecimentos, cabe a ela, juntamente com outras áreas do conhecimento, colaborar para que o mundo se torne um lugar de diálogo e igualdade de diferenças, onde possa haver respeito, solidariedade e constante transformação.

## REFERÊNCIAS

- ALFAGEME, Ana. Morrer Por Ser Gay: O Mapa-múndi Da Homofobia. *El País*, 22 mar. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147\\_774690.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html). Acesso em: 15 set. 2022.
- APPLE, Michael W.; BEANE, James A. *Escuelas democráticas*. Madrid: Morata, 1997.
- AUBERT, Adriana *et al.* *Aprendizagem dialógica na Sociedade da Informação*. São Carlos: EDUFSCar, 2018.
- BLANCO, Rafael; SPATARO, Carolina. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. *Nómadas*, n. 51, p. 173-189, 2019.
- DOS PASSOS, Gladston Oliveira. Uma luta pelo direito à educação: Pessoas trans e o ingresso nas universidades públicas. *Estudos em Ciências Humanas e Sociais*. 1. ed., v. 9, p. 6, 2022.
- DOS SANTOS, Aline Cristina. A Violência do Encarceramento da População Trans no Brasil. *In:*

- EVINCI-UniBrasil. *Anais [...]*, v. 5, n. 1, p. 76, 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/4631>. Acesso em: 15 set. 2022.
- DUEÑAS, Jorge-Manuel *et al.* Identifying violence against the LGTBI+ community in Catalan universities. *Life sciences, society and policy*, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2021.
- ELBOJ, Carmen *et al.* *Comunidades de aprendizagem*. Transformar la educación. Barcelona: Graó, 2002.
- FLECHA, Ramón. Investigar desde la igualdad de las diferencias. In: FLECHA, Ramón. *Conocimiento e identidad: Voces de grupos culturales en la investigación social*. Barcelona: El Roure, 2004. p. 34-50.
- FLECHA, Ramón; GÓMEZ, Jesús; PUIGVERT, Lidia. *Teoría sociológica contemporánea*. Madri: Espasa Libros, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GALLARDO-NIETO, Elena María *et al.* Sexual orientation, gender identity and gender expression-based violence in Catalan universities: qualitative findings from university students and staff. *Archives of public health*, v. 79, n. 1, p. 1-13, 2021.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio; KER, João. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. *Estadão*. São Paulo, v. 5, 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>. Acesso em: 15 set. 2022.
- GÓMEZ, Jesús. *O amor na sociedade de risco: uma tentativa educativa*. Barcelona: El Roure, 2004.
- GÓMEZ, Jesús *et al.* *Metodología Comunicativa Crítica*. Barcelona: El Roure, 2006.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Vol II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.
- HUNT, Stephen (Ed.). *Contemporary Christianity and LGBT sexualities*. Abingdon: Routledge, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 1, n. 1, 2007.
- KINSEY, Alfred C.; POMEROY, Wardell B.; MARTIN, Clyde E. *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: W. B. Saunders Co., 1948.
- KINSEY, Alfred C. *et al.* *Sexual Behavior in the Human Female*. Philadelphia: W. B. Saunders Co., 1953.
- KRUG, Etienne G. *et al.* *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.
- LADSON-BILLINGS, Gloria. But that's just good teaching! The case for culturally relevant pedagogy. *Theory into Practice*, v. 34, n. 3, p. 159-165, 1995.
- MELLO, Roseli Rodrigues; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa. *Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível*. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

MILKMAN, Ruth. A new political generation: Millennials and the post-2008 wave of protest. *American Sociological Review*, v. 82, n. 1, p. 1-31, 2017.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Revista Gênero*, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 509-521, 2006.

NISHIWAKI DA SILVA, Alexandre R. A homossexualidade é doença ou algum tipo de doutrinação? In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Revisionismos: a universidade esclarece*. 1. ed. Mentis Abertas, 2020. p. 175-184.

RIBEIRO, Beatriz Joaquim. *Destinação de cotas para pessoas trans em Universidades Públicas: Percepções de transgêneros, travestis e transexuais participantes da Associação LGBTTTQI da Associação dos Municípios da região da Laguna (AMUREL)*. Monografia (Bacharelado em Direito). Tubarão: Unisul, 2020.

SCAVONE, Míriam; ALVAREZ, Larissa. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. São Paulo: Data Popular/Instituto Avon, 2015.

SERRANO AMAYA, José Fernando; RIOS GONZALEZ, Oriol. *Introduction to the Special Issue: Challenges of LGBT research in the 21st century*. 2019. <http://dx.doi.org/10.1177/0268580919856490>

SIEBLER, Kay. *Learning queer identity in the digital age*. Berlin: Springer, 2016.

SMALLEY, K. Bryant *et al.* (Eds.). *LGBT health: Meeting the needs of gender and sexual minorities*. New York City: Springer Publishing Company, 2017.

WILLIAMS, Christine L.; DELLINGER, Kirsten (Eds.). *Gender and Sexuality in the Workplace*. Bradford: Emerald, 2010.

**Submetido:** 15/09/2022

**Aprovado:** 01/05/2023

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

**Enayton Perassoli** – Levantamento e coleta de dados, participação ativa na elaboração e análise dos dados e dos resultados, elaboração e escrita do manuscrito.

**Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva** – Coordenação do projeto, participação ativa na análise dos dados e na discussão dos resultados, e revisão da escrita final do manuscrito.

## FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Por se tratar de uma investigação com seres humanos, esta pesquisa foi submetida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e por ele aprovada em 8 de junho de 2020 com o número de parecer 4.076.285.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.